***Intervenção do Deputado José Andrade no debate sobre a Proposta de Resolução – "Pedido de admissão dos Açores como membro associado da UNESCO"***

*Horta, 9 de setembro de 2014*

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para valorizar, interna e externamente, a Região Autónoma dos Açores.

Seja na qualificação das nossas gentes e na coesão das nossas ilhas, seja na afirmação da nossa região e na consolidação da nossa diáspora.

Os açorianos merecem sempre mais.

Os Açores merecem tudo.

Por uma questão de princípio e de convicção, esta deve ser sempre a nossa forma de ser e de estar. Mesmo quando o objetivo pretendido se configura porventura menos fácil.

A admissão dos Açores como membro associado da UNESCO insere-se nesse contexto. Pode-nos ser favorável e pode-nos ser difícil. Mas se é bom para os Açores tem que ser conseguido. Ou, pelo menos, tem que ser tentado.

Os Açores são uma região diferente, própria, autónoma. A geografia, a história e a cultura fizeram de nós uma realidade específica no quadro nacional, europeu e atlântico.

Os Açores têm a ver com a UNESCO.

A UNESCO é uma instituição especializada das Nações Unidas, criada no final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, com o propósito de contribuir para o bem-estar comum da humanidade através da cooperação internacional na educação, na ciência, na cultura, no ambiente.

A UNESCO tem a ver com os Açores.

Como recorda o projeto de Resolução apresentado pelo PPM, os Açores são uma das regiões portuguesas com maior número de bens inscritos na Lista do Património Mundial elaborada pela UNESCO (com a Zona Central da Cidade de Angra do Heroísmo e a Paisagem da Cultura da Vinha do Pico), bem como na Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO (com as ilhas Corvo, Flores e Graciosa).

Como refere o parecer solicitado à Universidade dos Açores, "o facto da Região Autónoma dos Açores obter o estatuto de membro associado da UNESCO pode, face à maior proximidade dos centros de decisão, vir a ser útil à Universidade, na medida que poderá permitir a participação nos programas apoiados por esta organização internacional, com óbvias mais-valias, e gerar dinâmicas de cooperação internacional".

Pelas razões expostas, faz sentido afirmar os Açores na UNESCO.

Por isso apoiamos desde sempre esta iniciativa, mesmo quando outros vacilaram.

E por isso votaremos favoravelmente esta proposta, mesmo que outros se demarquem.

É óbvio que a admissão à UNESCO não resolve os nossos males. Mas ajuda. Tudo o que é bom para os Açores é melhor para nós.

Trata-se aqui, tão somente, de “recomendar ao Governo Regional que inste o Governo da República a solicitar a admissão dos Açores como membro associado da UNESCO”.

Aos Membros Associados assiste a faculdade de participarem, sem direito a voto, nos debates da Conferência Geral, bem como das suas comissões e comités, e mesmo de proporem a inscrição de qualquer assunto na respetiva ordem do dia provisória, entre outras vantagens.

Nos termos da Constituição da UNESCO, “os territórios ou grupo de territórios que não assumem a responsabilidade pela condução das suas relações internacionais podem ser admitidos como membros associados pela Conferência Geral, mediante o voto de dois terços dos membros presentes e votantes, por proposta feita pelo Estado membro que assuma a responsabilidade pela condução das suas relações internacionais”.

Subsistem, porventura, dúvidas jurídicas sobre a aplicabilidade do referido preceito ao estatuto específico da Região Autónoma dos Açores.

Argumenta-se que não existe nenhuma região autónoma como membro associado da UNESCO. Mas não é por isso que devemos desistir. Até porque podemos vir a ser a primeira.

Não podemos é ser nós próprios a apoucar a importância e a limitar a potencialidade da nossa região.

Não queremos ser mais do que somos. Mas não devemos ser menos do que podemos.